



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quinta-feira

05/03/2015

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao Supremo Tribunal Federal que não abra investigações sobre a presidente Dilma Rousseff e seu adversário nas eleições de 2014, o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Os dois foram citados em depoimentos dos delatores da operação "lava jato". Para o PGR, citações aos nomes da presidente e do senador eram insuficientes para pedidos de investigação. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Critérios técnicos

Um dia após pedir ao Supremo Tribunal Federal abertura de 28 inquéritos contra 54 pessoas, o PGR, Rodrigo Janot, rejeitou as pressões políticas sobre o Ministério Público e disse que se baseou em critérios técnicos, sem levar em conta vínculos partidários e cargos públicos dos acusados. O procurador deixou claro ainda que está ciente da forte reação que terá pela frente e de possíveis tentativas de desqualificar as investigações. Janot fez o desabafo numa carta endereçada aos colegas do Ministério Público. As informações são do jornal **O Globo**.

Processo longo

A lista de pessoas a serem investigadas pelo Supremo Tribunal Federal na operação "lava jato" foi maior do que se esperava e a Corte deve demorar mais tempo do que na Ação Penal 470, o processo do mensalão, para concluir os julgamentos. No mensalão, o pedido inicial foi feito em abril de 2006, envolveu 40 pessoas e teve apenas um inquérito. A "lava jato" começa com 28 pedidos e esse número ainda pode crescer. O mensalão teve um só delator, o então deputado Roberto Jefferson. A "lava jato" já tem 15 e devem surgir mais. O escândalo da "lava jato" é também mais longo e envolve mais partidos políticos do que o mensalão. "Todos nós estamos estarecidos com o quadro", admitiu o ministro Marco Aurélio Mello. "Esperamos que não se repita o que aconteceu na Ação Penal 470", lamentou. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Acordos de leniência

O governo quer incluir nos acordos de leniência com as empresas investigadas na operação "lava jato" um pacote de regras anticorrupção, que passam pela intervenção pública na diretoria e exigências para que elas, a maioria de administração familiar, sigam as mesmas normas das companhias com ações negociadas em bolsas de valor. Isso forçaria as construtoras, hoje praticamente sem regulação, a adotar procedimentos como a divulgação de demonstrações financeiras. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Consulta prévia

A queda de braço entre o governo e o Ministério Público Federal acerca dos acordos de leniência com as empresas envolvidas na "lava jato" teve ontem mais um episódio. O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes determinou que os diversos órgãos envolvidos no debate sejam ouvidos antes de o tribunal decidir pelo acolhimento ou a rejeição de um pedido para que a Controladoria-Geral da União se abstenha de celebrar os acordos. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Ação contra Petrobras

O fundo de pensão *Universities Superannuation Scheme* (USS), o maior do Reino Unido, foi escolhido como líder da ação coletiva movida por investidores contra a Petrobras nos Estados Unidos, segundo decisão do juiz Jed Rakoff. O escritório de advocacia americano Pomerantz representará os acionistas no processo. O próximo passo é uma teleconferência entre



os líderes da ação e a estatal, marcada para esta sexta-feira (6/3). As informações são do jornal **O Globo**.

Investigação interna

A investigação interna da Petrobras sobre o esquema de corrupção abrange duas mil pessoas. Dessas, 150 pessoas têm envolvimento direto com as demonstrações financeiras e por isso receberam tratamento de urgência dos escritórios Gibson, Dunn & Crutcher e Trench, Rossi e Watanabe. Foi por causa dessa investigação que o ex-presidente da Transpetro Sergio Machado foi afastado, por ter seu nome citado pelo ex-diretor de abastecimento Paulo Roberto Costa. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Conselho de Ética

Conselho de Ética da Câmara, órgão que irá julgar eventuais processos de cassação contra deputados citados no esquema de corrupção da Petrobras, começou a ser formado ontem por parlamentares cujo histórico demonstra pouca disposição para punir os colegas. No mesmo dia, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou não ver qualquer impedimento para que os deputados citados na operação "lava jato" integrem o Conselho de Ética, alegando que "todos são iguais" na Câmara. As informações são do jornal **O Globo**.

Delação premiada

O presidente e o vice da empresa Camargo Corrêa, Dalton Avancini e Eduardo Leite, devem prestar nesta quinta-feira (5/3) o primeiro depoimento aos investigadores da Polícia Federal e do Ministério Público Federal como parte do acordo de delação premiada na "lava jato". Os executivos não devem revelar nenhum nome de político "graúdo", porque só teriam como comprovar a relação de executivos de outras empresas na formação de cartel para ganhar, fraudar e superfaturar concorrências em obras públicas feitas com recursos federais. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Pedido de impeachment

Presidente do Solidariedade, o deputado federal Paulinho da Força (SP) disse nesta quarta-feira (4/3) que consulta advogados sobre apresentar na Câmara um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Para ele, Dilma "jogou" a crise da "lava jato" para o Congresso, e a Casa precisa devolvê-la ao Planalto. Segundo ele, seus advogados o aconselharam a esperar a crise "aumentar" antes de apresentar o pedido. As informações são do jornal **Folha de S. Paulo**.

Defesa de Arthur Lira

O deputado Arthur Lira (PP-AL), indicado para presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara procurou o advogado Pierpaolo Bottini para defendê-lo no escândalo da "lava jato". Ele também estaria citado na operação. Advogado de executivos da Camargo Corrêa, Bottini foi o responsável pela condução, pela defesa, do acordo de delação premiada que os empresários selaram há poucos dias com o Ministério Público. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S. Paulo**.

Defesa de Cunha

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), contratou o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza como advogado. Cunha quer que o ex-procurador verifique junto ao Supremo Tribunal Federal se de fato ele está na lista dos políticos contra os quais o atual procurador-geral, Rodrigo Janot, pediu abertura de inquérito em razão da operação "lava jato". Antonio Souza foi o responsável pela denúncia do mensalão no Supremo. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Teto da propina

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmou, em sua delação premiada, que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu propina em contratos da Diretoria de Abastecimento e que, na prática, os pagamentos ao peemedebista "furaram" o teto de 3% estabelecido como limite dos repasses a políticos no esquema de cartel e corrupção desbaratado pela operação "lava jato". As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Taxa do Siscomex

O Superior Tribunal de Justiça decidiu que cabe ao Supremo Tribunal Federal analisar o aumento da taxa do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), imposto pela Portaria 257, de 2011, do Ministério da Fazenda. Em julgamento de processo da Volvo do Brasil, a 2ª Turma considerou a matéria constitucional. Esse é o primeiro caso sobre o tema analisado pelos ministros, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Swissleaks

O Brasil deve formalizar junto à França e à Suíça um pedido de compartilhamento de informações financeiras de brasileiros flagrados como donos de contas secretas no HSBC de Genebra. A solicitação, que será feita nos próximos dias, teve seus detalhes acertados nesta quarta-feira (4/3) pelo ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Danos morais

A 20ª Câmara Cível do Rio de Janeiro condenou o ex-governador Anthony Garotinho a pagar R\$ 80 mil ao juiz Marcelo Tavares, por danos morais. A ação foi movida pela Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro, por meio do advogado Bruno Calft. As informações são do colunista Ancelmo Gois, do jornal **O Globo**.

Desperdício de água

A Câmara Municipal aprovou na quarta-feira (4/3) o projeto de lei que permite multa de R\$ 250 para quem desperdiçar água em São Paulo. Agora o projeto será encaminhado à sanção do prefeito Fernando Haddad (PT). Antes de ser aplicada a multa, será necessário haver punição. Em seguida, será aplicada a multa de R\$ 250 e, em caso de reincidência, será cobrado o valor de R\$ 500. As informações são do jornal **Diário de S. Paulo**.

OPINIÃO

Audiências de custódia

Ao falar sobre o projeto das audiências de custódia, implantado em São Paulo, o jornal **O Estado de S. Paulo** critica as associações que se manifestaram contrária a essa medida, que o jornal classifica como um importante avanço em matéria de respeito aos direitos humanos. No editorial, o jornal cita a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) e a ausência da participação do Ministério Público Estadual. "Ao resistir a essa iniciativa da Justiça, as agremiações de delegados e de promotores estão colocando seus interesses políticos e corporativos à frente dos direitos fundamentais", diz o jornal.

Direitos sociais

Em artigo publicado no jornal **O Globo**, a professora de Direito na PUC-SP e procuradora do Estado de São Paulo Flávia Piovesan destaca a iniciativa da Organização dos Estados Americanos (OEA) de utilizar indicadores para medir o modo pelo qual os Estados garantem direitos sociais. "Três são os extraordinários avanços decorrentes da aplicação do sistema de indicadores para mensurar o exercício dos direitos sociais: permite incorporar a perspectiva de direitos humanos nas políticas públicas; fomenta a geração de informações, dados e estatísticas a compor uma base sólida para diagnosticar a situação dos direitos sociais, sob as perspectivas de gênero, étnico-racial, etária e diversidade sexual; e contribui para o fortalecimento de políticas públicas, identificando prioridades e estratégias".

Impeachment da presidente

Em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, o advogado Sergio Ferraz afirma que há condições jurídicas amplas para deflagrar o impeachment da presidente Dilma Rousseff. "Partindo apenas das declarações à imprensa da presidente, teríamos que ela atentou contra a probidade administrativa por omissão", diz. Segundo ele, o que se condena é a omissão repetida por anos a fio, permitindo o advento da catástrofe.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-mar-05/noticias-justica-direito-jornais-quinta-feira-82-2/>